



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTEGRADA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PLANO ARTICULADO DE EDUCAÇÃO-PARFOR**

ROSILEIDE MARCILA DA SILVA GALÚCIO

**O POVO BORARI E AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NA VILA DE
ALTER DO CHÃO – SANTARÉM-PA – 1995 a 2015**

**Santarém/Pará
Novembro/2017**

ROSILEIDE MARCILA DA SILVA GALÚCIO

**O POVO BORARI E AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NA VILA DE
ALTER DO CHÃO – SANTARÉM-PA – 1995 a 2015**

Trabalho de Conclusão de Curso – modalidade artigo – como requisito para obtenção do grau de Licenciatura Integrada em História e Geografia, da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, sob a orientação do Prof. Dr. em História Moderna e Contemporânea - Karl Heinz Arenz.

**Santarém/Pará
Novembro/2017**

O POVO BORARI E AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NA VILA DE ALTER DO CHÃO – SANTARÉM-PA -1995 a 2015

Rosileide Marcila da Silva Galúcio

Resumo

Este artigo tem como objetivo fazer um estudo sobre o povo borari de Alter do Chão e ao mesmo tempo descrever as manifestações culturais – Festival Borari e Festa do Sairé, que ocorrem na vila no período de 1995 a 2015. Pretende-se fazer uma análise sobre a origem do povo Borari e a importância das manifestações enquanto produção da cultura popular. O presente trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira, faz-se uma abordagem sobre o povo Borari e a Vila de Alter do Chão, de uma maneira breve, busca-se analisar como ocorreu a formação histórica da vila e a origem do povo denominado Borari. Na segunda parte, pretende-se relatar sobre as influências indígenas, a identidade e a reafirmação étnico-racial do povo Borari. A terceira parte descreve-se as manifestações culturais e todos os elementos que compõem e deram origem a elas, além de uma discussão sobre a forma como a festa é percebida pelos moradores da Vila. Na quarta parte, teremos as considerações sobre a Festa do do Sairé antes e depois de sua reativação com base nas informações de brincantes, antigos moradores e bibliografias.

Palavras-chave: Sairé. Cultura Popular. Borari. Vila.

Abstract

This article aims to make a study about the borari people of Alter do Chão and at the same time describe the cultural manifestations - Festival Borari and Fate do Sairé, that occur in the village from 1995 to 2015. It is intended to make an analysis about the origin of the Borari people and the importance of the demonstrations as a production of popular culture. This paper is divided into four parts. In the first, I make an approach on the Borari people and the Alter do Chão village, in a brief way, we look at how the historical formation of the village occurred and the origin of the people called Borari. In the second part, an account of the indigenous influences, the identity and ethnic-racial reaffirmation of the Borari people. The third part describes the cultural manifestations and all the elements that make up and gave rise to them, as well as a discussion about how the feast is perceived by the villagers. In the fourth part, a general overview of the Sairé before and after its reactivation based on the information of players, former residents and bibliographies.

Keywords: Sairé. Cultura Popular. Borari. Vila

INTRODUÇÃO

O interesse no tema, surgiu a partir de lembranças dos anos 90, quando fazíamos visitas na vila de Alter do Chão, no período da Festa do Sairé com a família que morávamos em Santarém. A família era ligada as festividades e iam todos os anos no final da festa (varrição e derrubada do mastro), lembro-me que ficava encantada com tudo que via e alimentamos o desejo de conhecer melhor a história do povo Borari e sua cultura, então, optamos em realizar a pesquisa.

Nosso objetivo é realizar um estudo sobre o povo Borari de Alter do Chão, sua origem, costumes e lutas pelo reconhecimento enquanto povo indígena, ao mesmo tempo far-se-á uma descrição detalhada das manifestações culturais – Festival Borari e Festa do Sairé, que ocorrem na Vila. O trabalho será desenvolvido observando o período de 1995 a 2015, onde busca-se relatar o desenvolvimento e transformações que vem ocorrendo nas manifestações culturais -Festival Borari e Sairé, ao longo desse período e quais as consequências dessas mudanças para o povo que habita a Vila de Alter do Chão.

Pretende-se, a partir desse trabalho, entender como surgiram essas manifestações culturais – Festival Borari e Sairé, sua origem e importância para o povo Borari e a comunidade como um todo. Percebe-se que há uma escassez de material bibliográfico de base histórica, que possa servir de fonte de pesquisa e valorização da cultura local. Assim, esse estudo, além do sentido histórico, tem o objetivo de servir como referencial teórico para discussões em sala de aula, uma vez que esses momentos de discussão sobre pluralidade cultural e história local estão previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN, 9394/96, em seu artigo 26.

O estudo foi fundamentado na pesquisa bibliográfica e entrevista. O primeiro contato foi com o Cacique Rosivaldo Maduro da tribo Borari e ocorreu em julho de 2017, que foi escolhido por ser um dos habitantes da Vila de Alter do Chão que se declara indígena e parte integrante e ativa no processo de luta pelo reconhecimento de sua etnia. Em seguida, entrevistamos a senhora Ludineia Lobato Marinho, filha de uma das moradoras mais antigas da vila e que faz parte dos rituais Borari e Sairé e também se declara Borari e o senhor Rui Nelson, barraqueiro em Alter do Chão e que também participa da organização do festival Borari e do Sairé e está integrado na luta do povo por reconhecimento e respeito às suas origens e

finalmente um dos habitantes mais antigos da Vila e representante legítimo do povo de Alter do Chão, senhor Umbelino de Jesus, aposentado.

Considera-se esses relatos de suma importância, apesar desse tipo de método ser questionado por muitos historiadores e criticado como uma fonte não muito segura, entende-se que há necessidade de interpretação de um contexto, e que da memória se pode tirar resíduos do passado. Segundo Moraes, “Os relatos propiciam e suscitam nos depoentes a recordação de episódios significativos de um passado individual, que repercutem nas próprias experiências da vida presente, a importância do papel das reminiscências”².

Traçou-se inicialmente, um caminho em busca da história desse povo, o como e onde nasceram suas manifestações, para a partir dessas informações, entendermos a luta pela garantia de seus direitos enquanto povo indígena e donos da terra da Vila de Alter do Chão, assim como em relação a permanência ao longo de tantos anos das manifestações culturais do povo Borari. A partir dessa coleta de informações e pesquisa, realizar-se-á a análise e entendimento da história do povo Borari.

Em se tratando do povo Borari e das manifestações culturais que promovem na Vila de Alter do Chão, pode-se dizer que as atividades daquele povo giram em torno de uma cultura própria. Uma vez que ao povo é dado direito de formar sua própria cultura, reflexo evidente das ideias fundamentais que os movem. Reconhece-se que a cultura popular tem suas raízes nas tradições, nos princípios, nos costumes, no modo de ser daquele povo. Desta forma, cada povo produz, por exemplo, uma arte peculiar, reflexo de suas específicas qualidades, necessariamente diversa das artes dos outros povos. Assim, há um povo Borari em Alter do Chão, que expressa sua cultura através de suas manifestações – Festival Borari e Sairé, que são uma expressão de autêntica cultura deste povo – muito diferente dos eventos culturais apresentados no Amazonas.

Assim, cultura popular pode ser definida como qualquer manifestação cultural (dança, música, festas, literatura, folclore, arte, etc) em que o povo produz e participa de forma ativa. Ao contrário da cultura de elite, a cultura popular surge das tradições e costumes e é transmitida de geração para geração, principalmente, de forma oral.

Segundo BOSI (1987), “a cultura popular é a cultura que o povo faz no seu cotidiano e nas condições em que ele pode fazer”. Nesse sentido, a produção cultural da camada popular independe do conhecimento estabelecido pelas instituições dominantes (escolas, universidades), pois considera-se cultura todas as maneiras de existência humana, todas as formas de conhecimento da humanidade.

No primeiro capítulo, far-se-á um relato sobre a formação histórica da Vila de Alter do Chão e do povo Borari, procurando fazer um resgate de - Alter do Chão como missão, o período de sua ocupação na revolução cabana e a importância de Belterra para a vila de Alter do Chão. No segundo capítulo, discorrer-se-á sobre as influências indígenas, identidade e reafirmação étnico-racial do povo Borari. No terceiro capítulo, apresentar-se-á as manifestações culturais da vila de Alter do Chão: Sairé e Festival Borari.

Assim, este estudo, busca identificar até que ponto é real a legitimidade do povo Borari, que se autorreconhecem como verdadeiros donos das terras indígenas da Vila de Alter do Chão. Como está sendo traçada a luta pelo seu reconhecimento, enquanto povo indígena e valorização das manifestações culturais - Festival do Borari e Sairé da Vila de Alter do Chão.

Para tanto, busca-se entender qual a relação entre o processo de afirmação étnica do povo Borari e suas manifestações culturais – Borari e Sairé, que se mantém viva até hoje, apesar de algumas mudanças. Na verdade, pouco se sabe sobre os indígenas Tapajós, sua história, como vivem e como continuam mantendo suas identidades sócio-culturais. Daí a relevância deste estudo, que, ao privilegiar a investigação dessas questões no âmbito de um grupo – os Borari, possibilitará uma visão sobre a realidade vivida por este povo em uma área que, devido à diversidade ecológica, desperta o interesse econômico de agentes externos e abriga relações de conflitos entre diferentes atores sociais. Além disso, espera-se, por meio deste estudo, contribuir para as discussões em torno da luta dos povos indígenas em nossa região, assim como para uma melhor compreensão dos modos de vida desses indígenas. Pretende-se ainda, de alguma forma, contribuir para dar visibilidade e validação ao movimento de ressurgimento da identidade indígena e à luta pela terra, do povo Borari.

2.O POVO BORARI E A VILA DE ALTER DO CHÃO

A formação histórica da Vila de Alter do Chão, data da fase jesuítica. Quando os jesuítas aqui chegaram, no século XVII, encontraram índios, pois era o local de uma antiga aldeia dos índios Borari, conforme indica a foto abaixo, que recebeu o nome de Missão de Nossa Senhora da Purificação. A Cúria de Santarém outorgou a Missão Borari e em 1693 e autorizou os padres jesuítas através da Carta Régia a fundar a missão do Rio Tapajós, Arapiuns, São Inácio, São José e Borari. (VAZ FILHO, 2010). A partir desse momento, os padres jesuítas fundaram a aldeia para fins missionários.

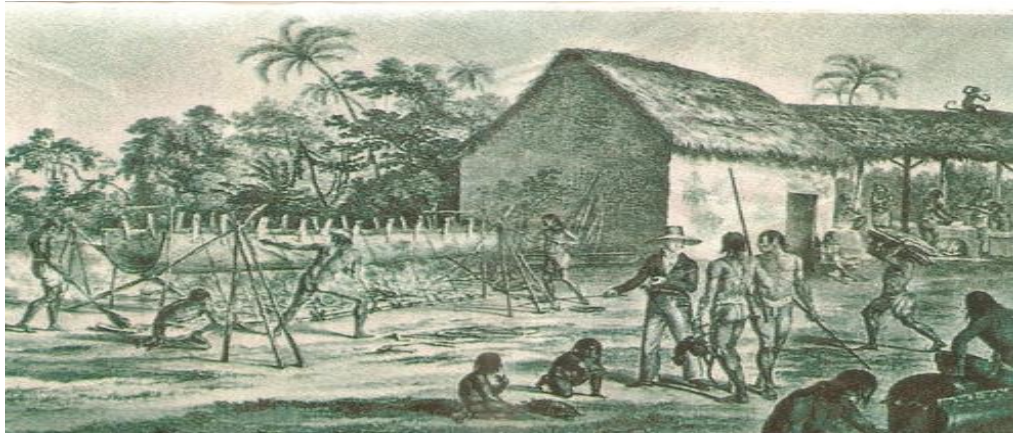


Figura 01 – Aldeia dos Índios Borari séc.VXII - Fonte: Blog do Ademir Rocha -2017

Segundo MOREIRA NETO (1992), os primeiros contatos com os índios Borari pelos portugueses deu-se através do Padre Luis Figueira, que visitou São Luis – MA, Belém, Pacajáz e o Xingu em 1636. O contato com os índios no entorno do Rio Tapajós começou em 1659, através do Padre Antonio Vieira, que por sua vez, em 1661, enviou os Padres Tomé Ribeiro e Gaspar Misch para iniciarem o contato mais direto com os índios Tapajó, com o intuito de fazer um levantamento de dados para que os demais padres jesuítas advindos de Portugal pudessem efetivar a catequização dos índios Borari, (CYPRIANO (2007).

No período da colonização dos índios Borari, no século XVII, os padres jesuítas para catequizar os índios utilizavam música e dança, que com o passar dos séculos, foi se transformando na Festa do Sairé, sendo que o primeiro Sairé que se tem notícia foi organizado pelo Padre João Maria Gorzoi na aldeia Tapajós. Posteriormente, essa mesma prática foi levada para outras missões. Porém, as manifestações culturais que os remanescentes preservam sofreram várias transformações, algumas advindas dos costumes e da influência do contato com a sociedade moderna e com os costumes contemporâneos.

O Padre Antônio Vieira e o seu colegiado jesuítico foram os precursores para que o Padre Felipe Bettendorff viesse anos mais tarde fundar a Missão Jesuíta em todo o curso do Rio tapajós. Bettendorff usou todas as pesquisas feitas pelos seus antecessores e de posse desses conhecimentos de como lidar com os índios da Missão Borari, fez grande progresso na catequização e doutrinação dos mesmos.

A ordem religiosa catequizadora dos Borari eram os Inacianos que foram expulsos da região Amazônica deixando esta desprovida de padres por muitos anos, aparecendo apenas em visitas esporádicas, ou seja, apenas no período da festa do santo padroeiro deixado pelos seus. Com a ausência dos Inacianos ou de qualquer outra ordem religiosa para assistir os índios, eles

voltaram a fazer os seus cultos e manifestações culturais mesclando com os ensinamentos que receberam dos jesuítas. O sistema religioso dos seus catequizadores ganhou força entre os índios e fez com que eles prosseguissem na fé, ainda que cultuando o profano e o religioso na mesma celebração. Com a expulsão dos jesuítas em 1750, por parte dos Interventores levantados no Pará a Missão Borari passou a categoria de vila, chamada de Alter do Chão em 6 de março de 1758, segundo a etimologia Terra do Alto chamado em língua de Portugal.

Em 02 de fevereiro de 1725, chegou a vila um presente dos missionários portugueses, uma imagem de Nossa Senhora da Saúde. Em 1876, como nos mostra a foto, sob a coordenação do missionário José Antônio Gonçalves, foi dado início a construção da terceira igreja na vila de Alter do Chão. A construção da igreja só foi concluída em 1896, data em que os moradores de Alter do Chão realizaram a festa de sua padroeira Nossa Senhora da Saúde. Em 1923, a vila recebeu o Altar-Mor da Igreja, em madeira de lei, único em estilo rococó da região, que foi esculpido pelo emérito professor Santareno Antônio Batista Belo de Carvalho.

A herança que os colonizadores religiosos deixaram para a Vila de Alter do Chão foram muitas, a partir da arquitetura provinciana com a construção da igreja de Nossa Senhora da Saúde, algumas casas e a Praça do Coreto. Assim como alguns costumes na culinária e no vestuário.



Figura 02 – 3ª Igreja de Nossa Senhora da Saúde, 1896. (Fonte: altermagiaqueencanta.blogspot.com)

Não há registros contundentes e precisos sobre os Borari, segundo o historiador popular Henry Walter Bates, que chegou à Vila em 1850 e menciona em seu diário de viagem que: “tinha sido originalmente uma aldeia de indígenas, chamados de Burari” escreve VAZ FILHO, (2010). Portanto, todas as informações que nos remetem ao estudo e pesquisa sobre os índios Borari, são conjecturas de visitantes estrangeiros e de algumas informações dos relatos dos padres que vinham para o serviço religioso nas terras tapajônicas. A catequização é o marco da

história, ou o que nos propõe a história dessa importante etnia através do acervo de informações ainda que desconstruídas pela falta de datas precisas, mas com função de elucidar os seus primórdios e contemplar os seus remanescentes.

Conforme destaca Florêncio Vaz (2010). “A chegada e instalação dos portugueses, na segunda metade do Século XVII, provocaram um impacto sem precedentes sobre os povos indígenas e deram início a um processo de mudanças que, ainda hoje, os afeta” (VAZ, 2010, p. 117).

A partir do estudo da história do povo Borari, reconhece-se que os jesuítas cumpriram papel inaugural importante ao organizar a Missão dos Tapajós em Santarém, a partir de 1661, e diversas outras missões no início do Século XVIII. Segundo VAZ (2010):

A busca por catequizar os indígenas e homogeneizá-los, através da disseminação da Língua Geral, o Nheengatu, em 1755, levaram os jesuítas a perder legalmente o controle das missões, sendo que a coordenação dos povos indígenas ficou a cargo do Diretório dos Índios pombalino, que buscaram transformar os índios em massa de trabalho controlada a serviço da economia colonial. (VAZ, 2010: 118).

O Diretório vigorou durante 42 anos, ao fim dos quais Portugal conseguiu integrar os indígenas à sua economia e aplicou um duro golpe às suas formas de organização social. Com isso, muito da forma de convivência indígena se perdeu ou ficou seriamente abalada. Após esse período, no vale do Rio Amazonas, não mais existiam povos específicos, mas tapuios, cujas línguas, sistemas de parentesco, meios de subsistência e crenças ligadas aos povos indígenas específicos estavam profundamente alterados. As unidades tribais que persistiam haviam fugido para a cabeceira dos rios ou para o interior da floresta (VAZ, 2010: 118).

Florêncio Vaz (2010) destaca ainda, outro processo histórico essencial para a compreensão da História dos indígenas do Baixo Tapajós: a Cabanagem (1835-1840), revolta popular que uniu indígenas, negros e brancos pobres contra a exploração portuguesa. Com a derrota militar, os rebeldes foram cruelmente reprimidos, os que não foram mortos tiveram de fugir para locais mais afastados na floresta. “Muitas das atuais comunidades do Tapajós surgiram nesse momento, com a fuga dos nativos das vilas para áreas menos habitadas” (VAZ, 2010, p. 119). Os nativos da região que não fugiram ficaram submetidos à dominação colonial, como mão-de-obra na extração da borracha – atividade economicamente relevante até final do Século XIX no Baixo Tapajós. A dominação a que foram submetidas as novas gerações de indígenas não impediu, porém, a adoção de estratégias de resistência discretas e silenciosas,

através das quais os indígenas conservavam ou recriavam suas crenças e seus costumes (VAZ, 2010).

Apesar de toda essa política implementada durante séculos, com o objetivo de fazer os índios assimilarem os costumes, traços culturais e práticas religiosas dos brancos, os índios conseguiram manter alguns dos costumes, traços culturais e práticas religiosas dos tempos pré-coloniais, como por exemplo, a Festa do Sairé. Essa resistência silenciosa que se perpetuou por gerações, se tornou mais tarde, parte essencial do processo de etnogênese que veio a se desenvolver a partir da década de 1990. Mesmo com toda resistência, os povos indígenas do Baixo Tapajós foram dados como extintos por volta de meados do Século XIX, quando então, teria se operado uma completa conversão em pessoas miscigenadas identificadas como caboclos – ou então ribeirinhos. A aceitação de transformação e suposta renúncia de uma identidade indígena fez parte da estratégia de sobrevivência desses povos, que na década de 90 iniciaram o processo de etnogênese, que Jane Beltrão (vice-presidente da Associação Brasileira de Antropologia) conceitua nos seguintes termos:

Diz-se do processo de suposto (re) aparecimento de povos indígenas que durante muitos anos não puderam por razões políticas se identificar como pertencentes a um determinado povo. A etnogênese é um processo de ousadia dos povos indígenas de se apresentarem, após anos de silêncio, reivindicando o que lhes foi tirado à força pelos não indígenas e exigindo respeito aos direitos (BELTRÃO, 2015: 29).

Por sua vez, Miguel Alberto Bartolomé (2006: 45), trata da etnogênese como um “processo de construção de uma identificação compartilhada, com base em uma tradição cultural preexistente ou construída que possa sustentar a ação coletiva”. Para o pesquisador, a etnogênese é parte constitutiva do próprio processo histórico da humanidade e não só um dado do presente, pois a etnicidade é um elemento humano essencialmente dinâmico. É nesse contexto que deve ser entendido o “ressurgimento de grupos étnicos considerados extintos, totalmente ‘miscigenados’ ou ‘definitivamente aculturados’ e que, de repente, reaparecem no cenário social, demandando seu reconhecimento e lutando pela obtenção de direitos ou recursos” (BARTOLOMÉ, 2006).

Em relação a questão legal, há uma negação por parte do Ministério Público Federal, sobre a legitimidade do povo Borari. O Ministério Público Federal, justifica esta negação afirmando que a realidade defendida pelo povo Borari é uma realidade multicultural, uma vez que o patrimônio sócio cultural é compartilhado por todos os indivíduos aqui residentes, não havendo, portanto, aspectos culturais distintos e específicos do universo indígena, já que, os elementos da cultura material, ditos indígenas, são heranças comuns dos antigos habitantes que

se miscigenaram com as etnias que vieram para a região durante a colonização (brancos europeus e negros africanos) e dessa união surgiram, os caboclos, estes não mais trariam no seu cerne cultural a marca endógena e singular de habitante autóctone, ou seja, indígena e uma vez brasileiro comum, não tem porque reivindicar direitos consuetudinários, constitucionais diferenciados. Sobre essa questão o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, nos ensina que, “a indianidade é tautológica, ela cria a sua própria referência”.(MPF/ICP,p-1). De acordo com os princípios de soberania, autonomia e autodeterminação dos povos, o questionamento sobre ser ou não ser é prerrogativa do Povo Indígena e não de terceiros, mesmos que estes sejam indígenas. Como diziam os Madija para marcar a diferença entre eles e os outros, indígenas ou os regionais, faziam sempre essa pergunta Tia atide Madija? Tu fala a minha língua?.

A antropóloga Iza Tapuia em entrevista ao Jornal Gazeta (19/03/2013), relata que considera a acusação de que o Povo Borari é um povo “inventado”, uma ofensa a todo o conjunto dos Povos Indígenas do baixo Tapajós, pois o recrudescimento da identidade indígena a existência do movimento indígena e a defesa da soberania, autonomia e autodeterminação dos povos é feita de maneira coletiva pelos povos Arapiun, Arara Vermelha, Apiaka, Borari, Cara Preta, Cumaruara, Jaraqui, Munduruku, Maytapu, Tapajó, Tupaiu, Tapuia e Tupinambá dos municípios de Aveiro, Belterra e Santarém, cujas lideranças conscientes da sua herança cultural, identidade social e dever político, como atores sociais sujeitos de direitos, defendem esse legado deixados por seus antepassados nesta convivência harmônica entre gerações nos milhares de anos que convivem neste território de várzea e terra firme.

A antropóloga defende que em todas as manifestações culturais são nítidas as marcas do saber, do conhecimento e das tecnologias do mundo indígena Borari. Segundo a antropóloga (2013): “A pré-história regional é rica em símbolos e reações do cotidiano indígena e a cultura e os rituais de degustação não vieram do velho mundo europeu, são desta terra é deste lugar, são endógeno, são indígena.”

Apesar da negação do Ministério Público, a Constituição Federal, de 1988, reafirma o direito de existir dos povos indígenas, no Art.231:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as

imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (CF.1988).

Na ocasião, o legislador assim definiu como terra tradicional:

aquelas ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

A lei maior ainda acrescenta: “§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. (CF.1988)”.

É pertinente discutir que fatores históricos, políticos e culturais contribuíram para o despertar da consciência étnica dos povos do Baixo Tapajós nesse momento histórico. Vaz (2013) e Beltrão (2015), destacam que a criação, em 1997, do Grupo Consciência Indígena (GCI), em Santarém, contribuiu para o resgate e fortalecimento da cultura e identidade indígenas, que eram disseminados em vários encontros realizados em comunidades da região. Esse amplo movimento desaguou na criação do CITA, em maio do ano 2000, que passou a ser a “principal representação política de mobilização indígena do Baixo Tapajós, passando a organizar juridicamente as ações do movimento no plano dos direitos indígenas perante a FUNAI e a outros órgãos públicos” (Caderno Nova Cartografia, 2014).

Em 2001, parte dos moradores da vila se autorreconheceram como descendentes do povo Borari, no intuito de dar continuidade a história e cultura do povo Borari. Para isso, entraram com processo na Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A partir desse momento, diversos estudos têm sido feitos na vila de Alter do Chão e na Flona do Tapajós, Cobra Grande e Maró, no Rio Arapiuns, que também se reconhecem indígenas e buscam reconhecimento e garantia de seus direitos. Por conta dessa luta a FUNAI assim os identificou: “São visivelmente índios, mas não se percebem como tais, sua natureza indígena constitui algo natural, próprio destas famílias, quase todas com mais de quatro gerações de existência nesta mesma localidade.(Funai,2001:50)”.

Após uma década e meia de luta indígena no Baixo Tapajós, avanços importantes ocorreram, sendo que o primeiro ocorreu em relação as políticas públicas educacionais, como a educação diferenciada na rede municipal de ensino de Santarém, onde a escola municipal de Alter do Chão Antônio de Souza Pedrosa, passou em 2006 a atuar como escola indígena, atendendo do ensino fundamental ao médio, com diversas atividades com os alunos que

contribuem para o autorreconhecimento de sua etnia Borari e a valorização de sua identidade e cultura. Hoje a escola se auto denomina de “Escola Borari. Entende-se que o papel da escola é de resgatar junto à juventude da vila de Alter do Chão a história de lutas e conflitos do povo Borari, que tenta de todas as formas manter seus rituais, suas crenças, suas lendas e que há muito tempo vem sendo forçado a abrir mão de suas tradições e patrimônio cultural em nome de um progresso que de nada lhes está servindo. Outra medida importante foi o atendimento de aldeias indígenas pelo Sistema de Organização Modular de Ensino Indígena (rede estadual) e a política de cotas étnico-raciais na Universidade Federal do Oeste do Pará, que todo ano recebe cerca de 50 estudantes indígenas em seu corpo discente.

Hoje, a luta do povo Borari está voltada para a demarcação de suas Terras, na tentativa de frear a destruição ambiental e fazer com que a comunidade indígena de Alter do Chão cumpra sua vocação natural, que é ser um polo de turismo, capaz de conservar a beleza paisagística, usando e protegendo de forma sustentável a natureza para usufruto coletivo das gerações atuais e futuras. O que o povo Borari pretende provar é que a Terra Indígena restringe, mais não impede o desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico e o progresso social. Reconhece-se que a demarcação das terras Borari é de suma importância para pois, fica claro que, uma vez demarcada a terra, o Estado é obrigado a realizar de maneira participativa o ordenamento territorial e elaborar os planos de proteção e desenvolvimento da Terra Indígena. O que os Borari esperam é que a partir da garantia desse direito a Terra indígena passe a ser respeitada como patrimônio coletivo do Povo Borari e daqueles que vivem e respeitam essa singularidade e alteridade, só assim, fica assegurado a energia que alavanca o etnodesenvolvimento sustentável da região.

3.AS INFLUÊNCIAS INDÍGENAS, A IDENTIDADE E A REAFIRMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL DO POVO BORARI

De acordo com a literatura antropológica atual, o movimento de ressurgimento da identidade étnica indígena na Amazônia constitui um fenômeno denominado de emergência étnica ou etnogênese⁵ (BARTOLOMÉ, 2006). Este movimento de ressurgimento de identidades étnicas indígenas que está se delineando na Amazônia (IORES, 2005) iniciou no Brasil, nos anos 80, por índios da região Nordeste do país e tem como objetivo a afirmação da

identidade indígena e a recuperação dos direitos originários e territoriais perdidos no período colonial e republicano (OLIVEIRA J., 1998).

O movimento de etnogênese, proporcionou uma mudança de abordagem no que diz respeito aos povos indígenas a partir dos anos 1990 – anteriormente estudava-se o desaparecimento dos índios e atualmente aborda-se o ressurgimento de etnias (ARRUTI, 1997). Vaz Filho (2009) atribui o “reaparecimento” desses povos à atual conjuntura político social, isto é, ao surgimento do movimento indígena no Brasil como organização política, a partir dos anos 1970, e a presença constante de líderes indígenas na mídia, como o cacique Mário Juruna (deputado federal entre 1983 e 1987). As mudanças históricas recentes, especialmente quanto aos novos direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 (DOURADO, 2010; VAZ FILHO, 2009; VIVEIROS DE CASTRO, 2006; SANTILLI, 2005), impactou de forma positiva os povos indígenas, pois significou a superação jurídica da tutela do Estado sobre os mesmos, e o reconhecimento dos seus direitos à diversidade cultural e étnica (DOURADO, 2010). Vaz Filho (2004) afirma que, na região do Baixo Rio Tapajós, os indígenas tiveram forte influência da Igreja Católica. Os sacerdotes e religiosos, influenciados pela Teologia da Libertação, visitavam as comunidades do rio Tapajós estimulando os moradores a reavivar as suas tradições culturais, que haviam sido perseguidas e até proibidas pela própria Igreja, até meados do século XX. Vaz Filho (2009,p.03) afirma que “a emergência étnica ou etnogênese que ocorre em todo o Brasil, na América latina e no mundo, não é estranha à região amazônica”.

Nos meados da década de 1990, muitas comunidades anteriormente designadas como caboclas têm se assumido como indígenas na região do baixo Tapajós, reivindicando a pertença àqueles povos tidos como extintos ou a outros cujos etnônimos que eram desconhecidos pela literatura (SANTOS,2005; IORES,2005; VAZ FILHO,2010). A partir desse momento, constituíram-se alianças interétnicas, com os setores marginalizados da sociedade brasileira, como ocorreu na Amazônia na primeira metade do século XIX, no episódio da Cabanagem. Essas alianças foram construídas para combater o poder opressor (HECK et al.,2005). Desse modo, os indígenas organizaram variadas formas de articulação para avançar nas conquistas legais, a partir desse momento, os povos que mantinham a sua identidade oculta, tomam coragem e passam a assumir-se publicamente, com isso, as estatísticas começaram a registrar uma numerosa população indígena nos centros urbanos. Segundo ALCÂNTARA, (2000), privar os povos indígenas de seus territórios significa impor-lhes uma desarticulação dos seus modos de vida, na sua dimensão cultural, social, religiosa, moral, econômica e ecológica.

Entende-se que essa reação do povo Borari á negação de sua identidade indígena tem como desígnio tácito o não reconhecimento de vínculos maiores e mais sólidos que estas populações possam ter com a terra ou com uma organização sociocultural mais complexa, e

assim reafirmar seus direitos territoriais. Percebe-se que não é unicamente para permanecer em seus territórios que as comunidades indígenas, como o povo Borari têm se engajado em várias formas de luta nas últimas décadas, mas principalmente para exercer um modo particular de vida que herdaram de seus antepassados e buscam dar continuidade, não obstante as várias situações históricas que enfrentaram desde que a colonização se iniciou no século XVI, e que significaram assaltos contínuos aos modos de vida dos indígenas, às suas cosmologias, aos seus territórios, e às suas identidades étnicas. Este ano na abertura da Festa do Sairé (21/09/17 – Alter do Chão), um grupo de indígenas Borari, realizaram no palco do Sairódromo um protesto para chamar a atenção de todos os presentes e principalmente da imprensa internacional sobre as questões do reconhecimento o respeito a sua etnia e o direito as terras indígenas de Alter do Chão e outras regiões do tapajós. Conforme a foto nos mostra, eles realizaram um ritual indígena para pedir proteção a todos os presentes e atenção das autoridades para a causa indígena.

No ritual os indígenas deixaram claro que eles não estão procurando conflitos, mas sim, respeito a sua etnia e aos seus direitos como donos das terras de Alter do Chão e tentaram chamar a atenção de todos para que as autoridades presentes se sensibilizassem sobre a necessidade de preservação de uma história e cultura que fazem parte da história de todos os que habitam essas terras.



Figura 04 e 05 – Ritual Indígena em Alter do Chão -Sairé 2017 – Fonte:folhadoprogresso.com.br

Essa manifestação busca chamar a atenção das autoridades governamentais que agem na contramão da luta pelo reconhecimento dos indígenas, uma vez que, existem atitudes de algumas autoridades governamentais e forças econômicas que se estende pela região, representadas por empresas madeireiras, mineradoras e do agronegócio (cultivo da soja), que usam de estratégias políticas, buscando invisibilizar a existência e os modos de organização étnicas e culturais do povo Borari. Ao conhecer a história do povo Borari, percebe-se que o universo místico, que são manifestados através de sua cultura, representa uma articulação, através da reverência ao catolicismo, aos rituais e às divindades. A manutenção desse ritual

associa-se à reafirmação étnica e à luta pelo território. Quando lutam pela terra emerge o sentido de união do grupo, através de uma identidade etnicamente diferenciada, dos aspectos cosmológicos de suas crenças e religiosidade, aos lugares de memória da ocupação territorial do povo Borari, pela região e o modo de viver dos Borari, que são expressos através de suas manifestações culturais – Festival Borari e Sairé.

Em entrevista (julho de 2017), o Cacique Borari Rosevaldo Maduro, fala do momento que surgiu a necessidade de buscar essa reafirmação étnico-racial e o respeito às suas origens enquanto indígena e donos da terra de Alter do Chão, ele se manifesta dizendo:

O povo Borari deixou de cultuar os seus deuses e fazer os seus rituais após a chegada da colonização dos padres portugueses se aportarem em Alter do Chão, catequizando o silvícola, ensinando a língua dos colonizadores, apresentando outra forma de cultura religiosa e social. Deste modo, os Borari foram perdendo gradativamente a sua identidade étnica, doravante seus credos e costumes (MADURO, entrevista, julho de 2017).

Pelo depoimento do Cacique, percebe-se que o cotidiano da vila de Alter do Chão e a vida do povo Borari, passa a ser modificado com a intenção por parte de seus colonizadores de aculturá-los. Os rituais religiosos e sociais do povo Borari, quando os portugueses aqui chegaram foram sendo substituídos por uma cultura que não condizia com a realidade silvícola.

Em 05 de outubro deste ano, em um manifesto denominado “Manifesto Borari”, em repúdio ao projeto de lei de 2017 que altera a lei complementar 007/2012 referente ao Plano Diretor do Município de Santarém, estado do Pará, o Cacique Maduro manifesta-se da seguinte maneira sobre o processo de reafirmação étnica:

Queremos dizer que nosso território é protegido por nossos encantados, os lagos, os igarapés, as praias, os olhos d’água, a savana e nossos sítios arqueológicos, todos sofrerão coma ganância daqueles que só querem destruir a Mãe Terra. E essa lei que querem aprovar só irá trazer desgraças para nós e nossos filhos que aqui vivem.
Para finalizar, para nós povo Borari, a terra é nossa identidade, da floresta e dos rios vem nosso sustento. Não queremos especulação imobiliária nas margens dos nossos rios, lagos e igarapés. Não queremos prédios maiores que nossas árvores. Não queremos um falso progresso. Queremos liberdade, justiça e democracia (Cacique Borari, 05/10/17).

Vê-se no discurso do Cacique Borari, que o que eles desejam enquanto donos da terra de Alter do Chão é apenas preservar o que ainda resta de suas origens, de seu patrimônio e de sua história. As dificuldades econômicas do povo Borari, a língua e as características desse povo, até hoje tem registro na memória coletiva, porém, o povo Borari não deseja apenas ficar na memória coletiva, mas principalmente resgatar suas origens, sua herança cultural e sua etnia.



Figura 06 - Cacique Borari-Rosevaldo Maduro – Audiência com o Ministério Público em Santarém – 2016 - (Fonte: índios.org.br)

Sobre esse assunto, o Cacique nos fala:

A característica de um povo é a sua língua, portanto, o Nheengatu – que quer dizer Língua Legal – é a língua mãe do povo Borari, porém, esquecida pela escrita e pela pronúncia, mas que serve como referência para a construção de palavras que ainda derivam da vocalização (MADURO, entrevista 2017). Nossa história é bonita de tempo e memória, nossos antepassados nos falavam as histórias. Minha bisavó era portuguesa, meu bisavô era índio daqui mesmo, Borari, não cheguei a conhecer, mas minha avó contava histórias desse tempo que foi mudando a língua do povo Borari, nessa região foi criada uma língua geral, que foi Tupi Guarani. A língua que esse povo está resgatando já foi a que os índios chamaram de Nheengatu, que quer dizer Língua Boa, pois a língua que foi criada em Tupi Guarani, que juntaram Tupi com Guarani, então, os índios acharam boa (MADURO, 2017).

Hoje, os habitantes da Vila de Alter do Chão estão sempre em mobilização em prol do resgate de uma tradição, de uma língua e de uma identidade que lhes foi tomada em nome de uma cultura que foi imposta a eles. A busca por suas identidades étnicas, se dá em função de uma necessidade sentida por esse povo em relação à sua própria sobrevivência. Antes da invasão de empresários do turismo e do agronegócio, os moradores tiravam seu sustento da pesca, da agricultura familiar e da extração da borracha, se alimentavam do que plantavam em seus roçados no fundo do quintal de suas casas, hoje eles precisam trabalhar nas casas dos visitantes e comerciantes para sustentar suas famílias.

Em 2003, um grupo de trabalho da FUNAI, chegou na região para realizar uma investigação nas terras que se declaravam indígenas e passaram por Alter do Chão, iniciaram conversas com os habitantes da Vila interessados pelo assunto, após conversa com um índio Mundurucu foram informados sobre a luta que estava sendo travada pelos habitantes da vila de Alter do Chão para provar que eram indígenas e donos das terras, então os técnicos da FUNAI os orientaram a procurar as autoridades em Brasília para iniciar o processo de retomada de suas terras e etnia. Sobre esse episódio, o Senhor Rui Nelson, morador da vila e um dos organizadores das manifestações culturais da vila de Alter do Chão, fala sobre como, na sua visão se iniciou a luta do povo Borari para resgatar a terra e a cultura:

Houve uma luta aí pra gente resgatar essa terra de volta. Nessa época em 2003 veio um grupo de trabalho da FUNAI aqui pro Tapajós Taquara, Marituba, Bragança, fazendo uma investigação da terra deles, eles passaram por Alter do Chão e tinha um Mundurucu de lá que mora aqui e contou pra eles a história daqui, do povo daqui que estava numa luta muito séria, já tinham até atirado em um rapaz, aí ela disse: cadê os índios que não fazem queixa lá em Brasília, Ministério Público Federal e tal? Aí ficou que o povo que tá lá é o Borari. Então, foi explicado que quando eles vieram de Brasília prá cá, eles disseram que iam entrar no Rio Tapajós e que iriam passar na terra dos Borari em Alter do Chão, aí foi assim que começou a gente a reconhecer quem nós éramos, quem era o povo que está em Alter do Chão. Quando eles baixaram de lá para Alter do Chão, vieram conversar com a gente, veio uma antropóloga (Edwiges Ioris – suíça), então, ela disse: Vocês são os verdadeiros donos dessa terra, vocês são os Borari, agora vocês tem que ir em Brasília para que todos possam saber que vocês estão aqui. Mas vocês não apareceram lá para dizer quem vocês realmente são e que existem aqui.

Analisando o depoimento do senhor Rui Nelson, percebe-se que até 2003, os habitantes da Vila de Alter do Chão não tinham consciência da necessidade de lutar por um espaço que lhes parecia ser deles por direito, não entendiam porque precisavam brigar por suas terras e para não perder suas origens, havia apenas a preocupação em ocupar um espaço territorial que qualquer pessoa estranha ao povo Borari poderia ocupar e se dizer dono da terra, coisa que com o passar do tempo foi ocorrendo naturalmente através da chegada de pessoas estranhas ao lugar. Percebe-se que até hoje este fenômeno continua acontecendo, os nativos da vila estão se desfazendo de suas terras e dando lugar a turistas e empresários do ramo da hotelaria. Porém, a partir de 2003, houve um despertar para a necessidade de se declararem e se assumirem como um povo indígena e que precisavam fazer valer sua etnia, então, começa a haver uma preocupação em defender seu território e provar sua existência enquanto donos da terra, sobre isso, nos fala o Cacique Borari Maduro:

Olha primeiro começou assim, a gente não precisava de pesquisa para saber se nós éramos Borari ou não, porque a nossa história, os filhos de Alter do Chão, já se reconhecia Borari, então pela história do povo que era daqui. Então, todos que nasceram aqui, nossos avós, que eram daqui se achavam Borari, se diziam que nós era Borari, que nós nascemos aqui em Alter do Chão, já tem até um argentino que mora um bocado de tempo aqui, nasceu uma filha dele aqui e ele colocou o nome de Eloar Borari, reconhecida mesmo, registrada, descendente da argentina, mas que tem sua identidade Borari por ter nascido em Alter do Chão. Então veio uma antropóloga (Edwige Ioris – suíça) contando a história, como era o povo que vivia e vive aqui, ela já morava há muito tempo no Brasil, então, houve uma escavação onde era a Cargill, onde descobriram artefatos indígenas, então ela veio e fez uma pesquisa e levou para a FUNAI em Brasília e ela então disse que antropologicamente era da mesma raiz e etnia Borari.

Quando questiona-se essa questão da identidade étnica com os moradores da vila, vemos que eles se utilizam das lembranças e experiências de seus antepassados para justificarem seu direito a terra e a cultura, talvez como artifício para forjarem a tradição e o

legado dos povos mais antigos. Ao ser indagado ao Cacique Maduro sobre a origem do povo Borari, se é a mesma etnia do Suruacá e do Alto Tapajós, ele se reporta da seguinte maneira:

É porque o Surucá pelo estudo que fizeram lá, eles já se acham Cumaruara, eles se auto modificaram, esse povo do Suruacá, Solimões, Capixoana e Maró também é Borari, eles foram daqui de Alter do Chão, então eles são Borari, só Suruacá que muda a etnia, eles se identificam Cumaruara até o Amorim. Os mais velhos contam que o povo Cumaruara vive ali há muito tempo naquela área aqui do Solimões até Amorim, do Amorim prá lá já são Tupinambá. Até Pinhel, Maitacu, Escrivão, Mundurucu e Terra Preta, eles diziam lá que os índios se pintam de preto, então eles são Mundurucu de cara preta. A gente não tem história dos primeiros habitantes, mas vem de lá o ritual do Maracujá, o Quebra-macaxeira, que se dança no Sairé, então na hora da comida se dança o Quebra-macaxeira.

Compreende-se que a tradição deve ser compreendida como algo mutável, pois se reelabora de acordo com as necessidades dos sujeitos. Convém lembrar que a mesma tem como lugar de origem o passado, que opera sobre as escolhas do presente com vistas a controlar o futuro. Em outras palavras, a tradição é uma forma de controle do tempo e das ações dos grupos em seus microterritórios. Assim, podemos inferir que pode ter ocorrido em relação ao povo Borari, o que analisa Almeida (2009) que os povos indígenas, quilombolas e todas as comunidades tradicionais são vistos como sujeitos biologizados, ou seja, como “mera extensão dos recursos naturais, sem consciência e sem direitos”. Neste contexto, entende-se que o uso indiscriminado e ilegal das terras indígenas é justificada por serem estas classificadas como primitivas ou como de economia natural, justificativa essa, que está sendo utilizada pelos empresários do turismo e do agronegócio que usufruem hoje daquele espaço.

No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, Little (2001) utiliza o conceito de cosmografia, definido “como os saberes ambientais, ideologias e identidades - coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território”. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002); neste sentido, a cosmografia representa uma peça fundamental na definição e exploração dos recursos naturais.

Em relação ao território, para o povo indígena significa a materialização de suas fronteiras e pertencimento étnico. Little (2002), define a territorialidade como, “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território”. Portanto, impedir que os povos indígenas ocupem seus territórios é impor a eles um desmembramento de seu

modo de vida, de sua cultura, de sua sociabilidade, de seus valores morais e religiosos e até de sua economia.

Utilizando as análises dos autores que defendem a territorialidade indígena, entende-se que a luta pela reafirmação étnica do povo Borari passa pela manutenção das manifestações culturais cultuadas por eles (Sairé e Festival Borari), que ao longo do tempo ambos foram sofrendo um fenômeno de transformação juntamente com a condição de indígena do povo de Alter do Chão e como tal, vem tentando ao longo dos anos se reinventar e manter suas terras, sua origem e sua cultura.

Em relação a essa influência cultural do povo Borari nos dias atuais de Alter do Chão, Maduro relata:

O povo Borari hoje é um povo que gosta de festejar, fazer os rituais, no mês agora de junho, todo mundo quer fazer sua festinha, suas ramadas na frente de suas casas, chamar o Carimbó pra dançar. Depois, hoje a gente em Alter do Chão vive do turismo, porque de 70 para cá o povo foi deixando mais de fazer roça e foi trabalhando dentro da vila, aí veio as estradas, os empresários construindo pousadas, hotel e os Borari foram se empregando por aí e logo foram deixando o seu centro que era lá na mata pra trabalhar na cidade que é na vila. Então, hoje a influência maior desse povo é estar aqui na vila e fazer festa, daí tira seu sustento.

Outra situação que é discutida em relação a preservação da cultura do povo Borari, está ligada a língua própria. Reconhece-se que o cultivo das tradições de um povo deve ser preservado através da história e essa história precisa ser transmitida de geração á geração, assim, entende-se que a escola é um dos instrumentos se não o principal responsável pela transmissão e cultivo dessa cultura. Porém, em relação a preservação da língua o Cacique Maduro, faz a seguinte colocação “a língua perdeu muito sua identidade devido a própria escola”. Ele relata que:

O povo Borari de Alter do Chão, foi proibido de falar a língua dele, que os padres jesuítas criaram o tupi guarani, a partir daí, eles deixaram de cultivar a língua própria e a escola não utilizou mais o Nheengatu e passou a falar o Português, porém, até hoje ainda ouvimos palavras em Nheengatu meio sem querer, por exemplo: Chibé.

Nota-se que todas as falas das pessoas que habitam a vila de Alter do Chão e que se auto denominam de Borari, convergem para um mesmo objetivo, que é provar a legitimidade de sua etnia e seu direito a terra, como fala a Senhora Domingas Borari, “ a luta desse povo não é simplesmente por um pedaço de chão e sim pela sua história e cultura, enfim, pelo modo de ser e viver dos Borari nesse espaço, com esta floresta”.

Carneiro da Cunha (1986) chama atenção para o fato de que: “índio é todo aquele que se auto identifica como tal, e é identificado pelos outros”. Os grupos que reivindicam uma identidade étnica como elemento de garantia de direitos, incluindo-se principalmente a terra, a

saúde e a educação diferenciadas, buscam corresponder às exigências legais desse processo, através da reelaboração de mecanismos para reforçar e divulgar sua identidade indígena. No dia 06 de outubro de 2003, na 6ª Câmara em Brasília, foi feito o reconhecimento do povo Borari como indígenas, porém, para o povo da Vila de Alter do Chão, ainda não há um reconhecimento total, uma vez que a FUNAI os vê como quer vê-los, ou seja, para a FUNAI, o povo Borari é considerado um povo urbano por viver dentro da cidade. Eles consideram realmente indígena e com todos os direitos, aquele povo que ainda habita nas aldeias na mata. Essas questões criadas pela FUNAI no sentido de dividir um povo único, em indígena e não indígena, pelo simples fato de alguns viverem de forma mais urbana e outros ainda se manterem nas aldeias, cria certa desconfiança entre os próprios Borari, o cacique Maduro, admite que fica muito difícil se autorreconhecer indígena e confessa:

A gente não se achava indígena, a gente sabia que tinha um traço mas, vou te falar a verdade, foi o Frei Florêncio que é Maitapu do Pinel, foi ele que começou essa história de resgate, fazendo um levantamento dos povos dessa região, iniciando lá pelo Taquara com o Laurelino, que era um pajé muito forte coma pesquisa sobre a Cabanagem, então, Laurelino disse para o Frei que ele não tinha vergonha de ser índio e pronto e acabou-se, então, começou por lá essa história, aí de lá veio pra Muratuba e também lá tem uns traços muito presente da Cabanagem e lá eles se identificaram como Tupinambá, aí teve o festival Borari em Alter do Chão, vieram os índios de lá para apresentar o ritual deles, que por sinal muito bonito, eu não critiquei, mas pensei, esse pessoal todo virou índio?

Sobre a discussão de que não existe índio na região, que inclusive foi escrito pelo Ministério público, o Cacique Maduro faz a seguinte reflexão:

Tem um processo de um juiz dizendo que não tem índio aqui, eu também era um desses caras que não conhecia a história, ou seja, eu não conhecia a minha verdadeira história. A gente dizia mas quando que esse pessoal aí são índios, mas agora pra esse povo aí que dizem que não existem índios, porque índio é aquele que mora no mato e anda nu, então, eu digo, quando começou essa briga por causa das terras e apareceu a antropóloga suíça é que a gente foi entender na verdade que temos tudo a ver, mas infelizmente só 60% do povo aqui são cadastrados e se considera e se assume indígena Borari, ou seja, 300 famílias, aproximadamente 6.000 habitantes, digamos que apenas 4.000 sejam remanescentes Borari, o resto já são de outros lugares, tem aqueles que são Borari mas não se autorreconhecem, não fazem parte das nossas regiões e movimentos. Pra nós Borari são aqueles que estão inseridos na nossa cultura.

Nesse sentido, pensa-se que, no processo de demarcação da Terra Indígena dos Borari, deve ser respeitado o fato de que esse povo tradicionalmente, sempre ocupou as terras de Alter do Chão. Assim, faz-se necessário que se delimite o território conforme o seu uso sociocultural. Entende-se que deve ser tarefa para os órgãos governamentais, promover a demarcação da área indígena dos Borari, segundo o espaço almejado por eles, e ao mesmo tempo garantir sua fronteira étnica e geográfica que possa assegurar a eles, tanto a preservação da biodiversidade local, quanto a reprodução física e sociocultural dos indígenas.

O Distrito de Alter do Chão, está localizado à margem direita do rio Tapajós, a 38 km do município de Santarém (PA). O acesso à vila, hoje, pode ser realizado pela estrada PA-457, ou por via fluvial, através do rio Tapajós, num trajeto que tem duração de três horas. De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – vivem no lugar cerca 8.078 habitantes, destes 1.298 moram na área urbana, denominada de setor 1. Suas praias são banhadas pelo Rio Tapajós e nessa região ocorre o encontro desse curso d’água com o Rio Amazonas. Entre os atrativos naturais mais procurados pelos turistas está o lendário Lago dos Muiraquitãs, ou o Lago Verde, dentro dele, há uma floresta de igapós inundada durante seis meses no ano. Há ainda o Lago do Maicá, uma extensa área de várzea perfeita para observar aves e outros animais. A vila de Alter do Chão que antes tinha sua economia baseada na atividade agrícola e pesqueira, hoje, com O Festival Borari e a Festa do Sairé e outros eventos culturais, tem fortalecido sua economia através do turismo.

4.AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DE ALTER DO CHÃO: SAIRÉ E FESTIVAL BORARI

Segundo BOSI (1987), “a cultura popular é a cultura que o povo faz no seu cotidiano e nas condições em que ele pode fazer”. Nesse sentido, a produção cultural da camada popular independe do conhecimento estabelecido pelas instituições dominantes (escolas, universidades), pois considera-se cultura todas as maneiras de existência humana, todas as formas de conhecimento da humanidade. Tradições culturais como o Çairé e/ou Sairé e o Festival Borari têm atraído para a Vila no mês de julho e setembro inúmeros tipos de turistas vindo de todas as partes do mundo para a celebração e desfrute do lugar.

4.1.Festa do Sairé

Na década de 1940, a Festa do Sairé foi proibida e só foi reconstituída em 1973 por artesãos, trabalhadores do campo, pescadores, pequenos comerciantes. Estes portadores de um saber construído no cotidiano, na labuta, nas histórias contadas pelas mães e avós. Assim, através da memória dos nativos foi possível levantar indícios do Sairé antigo, considerando as lembranças da festividade da Nossa Senhora da Saúde, principalmente, das lideranças que participaram da reconstituição da festa, portanto, sua recriação se alicerça na tradição oral. Alguns pesquisadores acreditam que o evento tenha 300 anos. O Sairé era um ritual religioso

do povo Borari, bem como ritual de boas vindas às autoridades portuguesas que aportavam à vila. Antes de sua realização, em 1973, o Sairé era utilizado nas festas religiosas de Nossa Senhora da Saúde, Padroeira de Alter do Chão, e São José, nos dias 6 e 7 de janeiro e de Santo Antônio no dia 29 de junho. Na época, a procissão e a ladainha eram elementos indispensáveis na Festa do Sairé, faziam parte da programação religiosa. A festividade iniciava com a procissão, onde os promotores da festa e demais participantes da comunidade iam em busca dos mastros que seriam levantados ao lado do barracão do Sairé. Durante o percurso da procissão eram entoados cânticos em louvor a Santíssima Trindade, ora em português, ora em latim, até ao barracão do Sairé, onde, em seguida era rezada a ladainha, que se encerrava com a cerimônia do “Beija Santo.” No último dia, na segunda-feira, ocorria a “varrição da festa”, a derrubada dos mastros e a “cecuíara” (almoço de confraternização), entre outros eventos. A programação terminava à noite, com a festa dos “barraqueiros”. No barracão do Sairé festeiros, empregados e o povo comiam e bebiam a valer. Havia ainda a cerimônia de derrubação do mastro, cuja forma parece ter variado de época. Uma bandeira branca, com a figura do “Divino”, em vermelho, é finalmente lançada do alto do mastro e aquele que a pegar ou aquele em quem ela bater ao cair, será o juiz ou a juíza da próxima festa.

Com o passar dos anos, o Sairé foi ganhando novos elementos. Atualmente, é festejado no mês de setembro, antes ocorria em julho, mas por conta da cheia do Tapajós, que dificultava o acesso às praias, a comunidade alterou a data do evento. A programação do Sairé consiste de duas vertentes, um ritual religioso, que ocorre todos os dias, com ladainhas e rezas, seguida da parte profana da festa, representada pelos shows artísticos e pelo confronto dos botos Tucuxi e Cor-de-Rosa.

O Sairé é uma festa protagonizada por curumins e cunhantãs, a procissão do Sairé é uma das mais antigas tradições da vila de Alter do Chão, que revela os aspectos da ação dos jesuítas, nos primórdios da colonização. A ela referem-se dezenas de autores, alguns com pontos de vista divergentes, porém, no contexto, todos os registros de viajantes e de outros observadores coincidem. Hoje em dia extinta como ritual religioso, a festa do Sairé está sendo revivida como folclore na vila de Alter do Chão.



Figura 07 - Símbolo do Sairé – Festa do Sairé 2017 - Fonte: yuriprodepa.blogspot.com

Conforme vemos na foto, o Sairé é um escudo, em forma de semi-círculo, confeccionado de cipó, a que primitivamente chamava-se também de “Turyua”. Sua composição e decoração multicolorida variam de lugar para lugar, porém a forma básica é encontrada em todos os locais onde foi introduzida a dança característica, claramente uma mistura dos valores culturais indígenas com as exigências do colonizador luso, cristão.

Não há uma explicação para o significado da forma semicircular do objeto venerado. Uns dizem ser uma imitação dos escudos dos soldados portugueses. Outros que é uma referência à lua. É possível que a explicação seja uma ou outra e que os jesuítas o teriam apenas “aperfeiçoado” para a catequese. É possível que o nome tenha também sido obra da imaginação dos missionários, pois referências mais antigas indicam para o círculo de cipó o nome de “turyua”, que significa alegria. Alguns mencionam a formação de “açai” mais “eré”, que seria “salve, tu o dizes”. E Sairé, tanto o nome como o objeto, seria uma forma requintada de saudação, suposição mais ou menos aceitável, se observado o ritual como um todo.

As pessoas mais antigas da Vila de Alter do Chão, referem-se geralmente ao Sairé como “um escudo para saudar os portugueses”. Outros dizem vagamente tratar-se de um “instrumento usado pelos padres para amansar índio”, enquanto outros preferem usar o termo “agradar” os índios. Outros, como o senhor Umbelino de Jesus, 90 anos, explicam que o Sairé era um “utensílio da festa da padroeira”. E, recordando trechos de antigas rezas e cantos em língua geral, ele conta como se fazia a festa no seu tempo:

O Sairé era usado preferencialmente na festa da padroeira do lugar, Nossa Senhora da Saúde e na de São José. Naquela época, o padre responsável pela freguesia não morava em Alter do Chão. Os dois santos eram festejados em dias seguidos, três dias para cada um. Na véspera da chegada do padre, a população arrumava tudo para a festa, preparava a igreja, que tinha um “tesoureiro” (que inclusive orientava ao padre) e, com especial esmero preparava e ornamentava o barracão do Sairé, onde deveria sempre haver um local para lautas refeições e beberrias e uma “Sala do Sairé”, espécie de santuário tão respeitado quanto o sacrário dentro da igreja da padroeira.

Na lembrança dos mais antigos de Alter do Chão, um dos aspectos que mais chamava a atenção na celebração da padroeira era a participação quase unânime dos habitantes do lugar. Um clima de festa contagiava a todos, tanto aos “empregados” como ao povo de modo geral, com as pessoas bebendo café a valer até o meio-dia, bastando chegar ao barracão onde a bebida era servida.

Além das causas que sabidamente motivaram o desaparecimento desse tipo de manifestação inocente da cultura popular, há indicadores mais ou menos seguros das causas imediatas do fim do Sairé de Alter do Chão. Na vila, algumas pessoas possivelmente influenciadas por observadores recentes e apressados, afirmaram que a festa foi abolida com a chegada dos missionários norte-americanos. Entretanto, o padre Edilberto Sena explica que o motivo do afastamento do ritual do Sairé da Igreja Católica está ligado ao processo de romanização da igreja. No século passado, a igreja romana se preocupou, criando Seminários no Brasil inclusive em Belém do Pará, através deles houve a Romanização dos padres, que com essa formação de romanizados, tentaram no dizer deles, converter a religiosidade pagã. Um dos efeitos foi tentar excluir todo o ritual folclórico popular. Excluir da igreja. O Sairé, então, foi afastado do ritual católico.

Atualmente, no ritual do Sairé acontecem apenas apresentações folclóricas como danças tradicionais da vila – Sirιά, Lundu, – que são resultado da mistura de ritmos indígenas, africanos e portugueses, tradição preservada pelos “antigos” da vila, temos também o Espanta Cão, que é a banda mais antiga e tradicional de Alter do Chão, criada a mais de 40 anos, especialmente para o Sairé, além de um grupo de pau e corda da vila “Movimento de Roda de Carimbó”, sendo que alguns músicos desse grupo formam também o grupo Quatá de Carimbó, muito conhecido na vila, que anima as festas na praça e eventos do espaço cultural Alter do Chão com um repertório de carimbó de raiz e composições próprias. Os preparativos para o Sairé começam bem antes da quinta-feira, quando se dá o início da festa. Durante a cerimônia de derrubada do mastro, que marca o encerramento das festividades do ano, são escolhidos os organizadores do evento do ano seguinte que devem ser residentes fixos da vila e que tenham participação direta na preservação da cultura social.

No sábado, que antecede a programação propriamente dita, os catraeiros de Alter do Chão, dirigem-se às margens do rio Tapajós a fim de encontrar duas árvores de tronco mais ou menos reto, para servirem de mastro durante o período da festa. Em seguida, essas árvores são derrubadas e eliminados os galhos e as folhas, conservando-se apenas o tronco, que é conduzido novamente pelas catraias decoradas especialmente para a ocasião. Ao chegarem no porto, os dois troncos são desembarcados das catraias e, num cerimonial próprio que a ocasião exige, são entregues um para os homens e outro para as mulheres. Em seguida, os dois grupos

seguem perfilados conduzindo seus mastros até o local da realização do Sairé, que inicialmente era a praça da Matriz e hoje é o Sairódromo.

Durante todo o percurso vão acontecendo as trocas dos condutores dos mastros, como forma de não cansar apenas uma pessoa do grupo e permitir que os outros moradores da vila participem diretamente da procissão dos mastros. É uma forma de socializar todos no rito. Ao chegarem á praça, as procissões são desfeitas e os mastros são deixados deitados para secarem ao sol. Na quarta-feira seguinte, os dois mastros são enfeitados por seus respectivos condutores, homens e mulheres. Colocam-se frutas, cipós, flores e alimentos regionais, fitas e bandeirolas, que representam os diversos grupos folclóricos. Constroem-se também as barraquinhas de vendas que, instaladas tanto na praça quanto na praia, dão um aspecto todo especial à festa.

No último dia, ocorrem a “variação da festa”, a derrubada dos mastros e a “cecuara” (almoço de confraternização), entre outros eventos. A programação termina à noite com a festa dos barraqueiros.

Quando indagado ao cacique Maduro, sobre o Sairé, ele informa que “o Sairé é que conta a história, ele é mais velho que o Festival Borari, mas o Borari por ser tribo, etnia, por ser raiz tem sua cultura mais antiga do que o Sairé”. Segundo Maduro:

O Sairé também é antigo, eles festejavam o Sairé ali no cajueiro, naquela ponta da parte de cima que tem aquele botequim, era lá que ficava a aldeia mesmo. Se você chegar lá naquela praia e cavar, vai achar artefato de gordura queimada, são coisas assim tipo um chumbinho, eles queimavam as coisas deles, faziam a festa do Sairé, depois eles vinham pois já existia igreja, no tempo do Sairé os índios já estavam lá, mas aí tinha outro povo que fazia a festa de Nossa Senhora da Assunção, ela foi Assunção depois passou para Nossa Senhora da Purificação, hoje é Nossa Senhora da Saúde.

Analisando a colocação do Cacique sobre o Sairé, percebe-se que há uma resistência por parte dos antigos habitantes da vila em relação a manutenção do rito religioso, de sua tradição que vem perdendo sua força desde a introdução dos Botos em 1997, sobre isso, destaca o Cacique Maduro:

Hoje o Sairé foi esmagado pelo festival do Boto, porque deveria ser festival do Boto, como é Parintins, porque na verdade quem acha bonito, quem admira o ritual do Sairé é o turista de fora que vem pela primeira vez, eles documentam tudo do ritual, porém, o nosso turista de Santarém e Manaus e da nossa região só ficam no portão da quadra para ver a apresentação dos Botos.

A senhora Ludineia Lobato Marinho, ex saraipora e integrante da organização do Sairé e do Festival Borari, se reporta a atual festa do Sairé, com pesar e diz ficar muito triste por ver uma festa tradicional ser transformada em uma manifestação comercial. Em seu relato fala que: “A festa do Sairé não é mais a que era antes, era uma tradição nossa. Hoje com os

botos, a juventude não quer participar da tradicional e nós que montamos o Sairé de novo fomos esquecidos, assim como o Sairé de verdade.”

Nesses discursos percebe-se a relação entre a tradição como algo antigo ou como o original. De acordo com os entrevistados, “[...] a festa completa é o Sairé, com as ladainhas e procissões, os dois botos é complemento da festa só”. Os relatos nos mostram que o tradicional é o rito religioso, muitos demonstram sentir que esta tradição está sendo desvalorizada e portanto, desaparecendo. Outros porém, acreditam que o Sairé compreende o rito religioso e este continua sendo mantido em sua essência, ou seja, o tradicional continua no novo, através dos botos.

O início da festa acontece na quinta-feira pela manhã, com a tradicional cerimônia de levantamento dos mastros pelos moradores da vila. Esses mastros deverão permanecer de pé nos cinco dias do Sairé. Durante o levantamento deles há uma disputa acirrada entre homens e mulheres, para ver qual dos grupos levanta primeiro seu mastro. A seguir, inicia-se a procissão em que ao som de música e cantos originais, o símbolo da Santíssima Trindade é conduzido pela Saraipora e suas damas pelas principais ruas da vila até chegar ao Sairódromo, onde também deverá permanecer até o término da festa, saindo apenas durante as procissões e ladainhas que acontecem, diariamente, às 18:00 horas. À noite tem início as atrações profanas, com o grande arraial e apresentações de diversos grupos folclóricos que durante todo o ano se preparam para o grande evento. O encerramento oficial do Sairé ocorre somente na segunda-feira, quando é realizada a cerimônia de “Derrubada dos Mastros”, o que novamente é feito em meio a muita disputa entre os homens e mulheres, moradores da vila. Essa cerimônia é um evento praticamente exclusivo dos moradores da vila, pois é, nesse dia que os descendentes do povo Borari realizam a sua festa particular. A programação começa cedo, os moradores se concentram na Praça do Sairé, para fazer a chamada varrição da festa, que tem início com a escolha dos organizadores da festa do ano seguinte, que é feita de forma democrática entre todos os presentes no local.

Nesse clima de festa, os descendentes dos Borari e seus convidados realizam um almoço de confraternização nativa, conhecido como “Cecuiara”. Nele são servidos alimentos típicos da região e participam apenas os trabalhadores do evento e as autoridades que dele tomam parte, conforme manda a tradição local.

4.2.O Ritual dos Botos

Atualmente a festa do Sairé, conserva muito pouco da sua originalidade. Ganhou destaque a disputa existente entre o Boto tucuxi e seu rival, o Boto-cor-de-rosa, cetáceos típicos da América do Sul. Toda a trama e coreografia do folclore dos botos Tucuxi e Cor-de-Rosa gira em torno da sedução, morte e ressurreição destes personagens, entre lendas regionais, tribos indígenas, a *Cunhantã-iborari*, a *Principaleza* do Lago Verde, a Rainha do Çairé, o Tuxaua, o Pajé e os pescadores. O enredo tem ideologia ecológica, pois ressalta a natureza, em especial o Lago Verde, palco da trama. E quando o boto é morto por ordem do Tuxaua, pai da *Cunhantã-iborari*, que foi engravidada pelo golfinho amazônico, recai sobre ele a fúria dos maus espíritos da região. Por isso, a pedido do próprio Tuxaua, vem o Pajé e ressuscita o boto. É a apoteose do folclore durante o festival.

A Amazônia é rica em lendas e tradições, mas nenhuma se compara à lenda do Boto. Caboclas e caboclos contam histórias e crenças sobre o irresistível sedutor amazônico. Quem ainda não ouviu falar da fama de conquistador que lhe é atribuída? Dizem que, nas festas, comparece sempre de chapéu à cabeça e procura seduzir mulheres jovens e bonitas. O boto tem inspirado grupos folclóricos na criação de danças que retratam sua lenda. Nesse caso, em Alter-do-Chão, na Festa do Sairé.

4.3.Festival Borari

Em 1993, os grupos folclóricos que se apresentavam no Sairé, sentiram a necessidade de recursos financeiros para a compra de suas indumentárias. Pensaram então em criar uma forma de conseguir esse recurso. Então em julho de 1994, após a realização do Sairé o senhor Edilberto Ferreira Costa e a senhora Ludineia Lobato Marinho, pensaram em um evento que fosse realizado no mês de setembro, já que nessa data não havia nenhum evento de proporções no município. Sem uma tradição folclórica, mas com o empenho dos comunitários e com o objetivo de atrair público surge o Festival Borari. O festival, por três anos, foi realizado sobre balsas, onde era composto o cenário para as apresentações folclóricas como a lenda do boto. Além do cenário tipicamente indígena, o que deixou marcado o **1º Festival Borari** foi a esplêndida praia que já havia emergido nas águas doces do lago verde. Em 1997, com a mudança de data do Sairé, o festival Borari passou a ser realizado em julho.

O Festival Borari, no mês de julho tem contribuído para o resgate das tradições Borari, embora seja feito de forma comedida, para que não fuja da sua essência, que são as danças de fertilidade, prosperidade e religiosidade. Para o Cacique, Maduro, “o Festival Borari, traz o nome do povo Borari. O Festival tem a abertura com um ritual dos catraeiros, que chegam com suas catraias e os remos e mostram a cultura que o povo Borari tem, eles trazem o cocar, o arco e a flecha”.

Assim, as manifestações culturais - **Festival Borari e o Sairé**, representam para a comunidade da Vila de Alter do Chão, uma tentativa de afirmar a identidade dos moradores da vila através da construção de sua memória. Uma luta constante contra a construção de uma memória forjada pela mídia, que dá ênfase somente ao lado profano das festas que tem muito mais a oferecer, com shows trazidos pelos botos e que não consideram a construção cultural feita pelos moradores das gerações anteriores.

Os depoimentos dos representantes do povo Borari, demonstram um certo ressentimento e frustrações pelo fato de o poder público ressaltar apenas o lado profano da festividade, deixando para segundo plano as memórias da comunidade que construíram as festas como um movimento dinâmico entre o religioso e profano, que é o que realmente identifica e caracteriza a vila.

Portanto, não se trata de manter apenas uma tradição, mas sim de não esquecer que os motivos que levaram os comunitários a forjar o Festival Borari e manter a Festa do Sairé, é uma busca justa por manter uma tradição, que de certa forma, assegura e justifica a defesa de uma etnia que briga por suas terras e suas tradições.

Essa luta e manutenção das tradições culturais como o Festival Borari e a Festa do Sairé, têm atraído para a Vila no mês de julho e setembro inúmeros tipos de turistas, vindo de todas as partes do mundo para a celebração e desfrute do lugar. Hoje, o que vemos, não é apenas um ritual para manter uma tradição de um povo, mas um movimento cultural e comercial que fomenta o turismo da região, enriquece os empresários e coloca o município de Santarém na rota de turistas estrangeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, a luta do povo Borari está voltada para a demarcação de suas Terras, na tentativa de frear a destruição ambiental e fazer com que Alter do Chão cumpra sua vocação natural, ser um polo de turismo, capaz de conservar a beleza paisagística, usar de forma sustentável e proteger suas terras, para usufruto coletivo das gerações atuais e futuras.

Precisa-se entender que a Terra Indígena restringe, mais não impede o desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico e o progresso social. Essa demarcação é de suma importância para o povo Borari, pois, uma vez demarcada, o Estado é obrigado a realizar de maneira participativa o ordenamento territorial e elaborar os planos de proteção e de desenvolvimento da Terra Indígena. A partir da garantia desse direito, a Terra indígena passa a ser respeitada como patrimônio coletivo do Povo Borari e daqueles que vivem e respeitam essa singularidade e alteridade, só assim, fica assegurado a energia que alavanca o etnodesenvolvimento sustentável da região.

Em relação ao Sairé, mesmo com o objetivo de preservar o tradicional, é visto mais como festa folclórica, voltada para o ramo da comercialização. Essas mudanças vem provar o processo dinâmico da cultura popular e a mudança de significado que ocorre no momento em que se altera o contexto dos eventos culturais que são produzidos.

Por tudo isto, deve ser tarefa para os órgãos governamentais competentes promover a demarcação da área indígena dos Borari-Arapiuns, segundo os limites almejados por eles, e a garantia de uma fronteira étnica e geográfica que possa assegurar tanto a preservação da biodiversidade local (vegetal e animal), quanto a reprodução física e sociocultural dos indígenas, visto que seu padrão de utilização dos recursos naturais implica o uso e destinação sustentável dos recursos disponíveis no ambiente.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1.Fontes orais

MADURO, Rosivaldo. **Cacique da Tribo Borari**. Morador da Alter do Chão. 52 anos.

Entrevista: 07/07/ 2017.

MARINHO, Ludinéia Lobato. **Agricultora**. Moradora da Vila de Alter do Chão. 45 anos.

Entrevista: 22/09/ 2017.

SANTOS, Rui Nelson dos. **Barraqueiro**. Morador da Vila de Alter do Chão. 60 anos.

Entrevista: 22/09/2017.

JESUS. Umbelino. **Aposentado**. Morador da Vila de Alter do Chão. 90 anos.

Entrevista: 24/09/2017.

2. Referências bibliográficas

- ARANTES, Antônio. **O que é Cultura Popular**. Coleção Primeiros Passos, 14ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- BOSI, Alfredo. **Cultura como Tradição, in: Cultura Brasileira: Tradição Contradição**. Zahar/Funerte. Rio de Janeiro, 1987.
- FONSECA, Wilde Dias da. **Santarém: Momentos Históricos**. Artesanato Gráfico Tiagão. Santarém-PA. 1995.
- PEDRO, Aquilino de. **Dicionário de termos religiosos e afins**. 10 ed. Aparecida: Santuário, 1999.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. **O renascer dos povos indígenas para o Direito**. Curitiba, Juruá Editora, 2012.
- VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **“Povos indígenas e etnogêneses na Amazônia”**. In: LUCIANO, G. dos S.; OLIVEIRA, J. C.; HOFFMANN, M. B. (Orgs.). **Olhares indígenas contemporâneos**. Brasília, CINEP, 2010a. p. 104-159.